



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
10 de dezembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	10 / 12 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

A pedido do MPMA, pregão é cancelado em Balsas devido a exigências ilegais

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça suspendeu, na última segunda-feira, 2 de dezembro, o pregão presencial nº 52/2019, realizado em novembro de 2019, pela Prefeitura de Balsas para contratar

serviços de prevenção e correção em equipamentos odontológicos, hospitalares e acessórios. O edital do procedimento licitatório incluía diversas cláusulas e critérios restritivos, que afrontavam a legislação e jurisprudência atuais.

Proferiu a decisão a juíza Elaine Carvalho, como resultado de Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada pela promotora de justiça Dailma Maria Brito Fernández, em 29 de novembro.

IRREGULARIDADES

Em 19 de novembro, uma das participantes do pregão, a empresa Odontotec Assistência Técnica Autorizada Kavo encaminhou representação ao MPMA, relatando diversas inconsistências no edital do procedimento licitatório. Posteriormente, as irregularidades foram confirmadas em parecer da Assessoria Técnica do Procurador Geral de Justiça. Uma das cláusulas restringia a participação de empresas em recuperação judicial, afrontando jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Para credenciar licitantes, o edital também exigia documentos como declaração de que não constava menores de 18 anos, cartão de CNPJ emitido em 30 dias antes da sessão do pregão e certidão de junta comercial, emitida após 30 de abril de 2019.

Requeria, ainda, declarações de elaboração independente de propostas e de inexistência de fatos impeditivos de habilitação, além de termo de compromisso de entrega produtos licitados, alvará sanitário e cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios.

ERRATA

Chama a atenção, ainda, a publicação de errata ao edital, que, segundo o MPMA, alterou substancialmente, os termos iniciais do procedimento licitatório. A republicação do documento obrigava a reabertura de sessão para apresentação de propostas, o que não ocorreu. Uma das inclusões na nova versão do documento foi a exigência de contratação de engenheiro eletrônico, resultando em ônus financeiros às licitantes e repercutindo nos valores das propostas.

"A errata foi publicada no dia 14 de novembro, véspera de feriado, circunstância que dificultou ainda mais aos interessados a participação no certame, dado o prazo que teriam para viabilizar a contratação de engenheiro eletrônico, cuja qualificação técnica nem é sempre fácil de encontrar", ressaltou, na ação, a promotora de justiça Dailma Fernández.

DESCUMPRIMENTO

Em caso de descumprimento da decisão, deve ser paga multa de R\$ 10 mil diários, a incidir sobre o patrimônio do prefeito Eric Costa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	10 / 12 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Serrano do Maranhão

Contratações irregulares na Câmara municipal motivaram ação por improbidade administrativa

Devido a irregularidades em contratações realizadas pela Câmara Municipal de Serrano do Maranhão, o Ministério Público do Maranhão ajuizou, em 5 de dezembro, Ação Civil Pública (ACP) por ato de improbidade administrativa. Motivaram a ação irregularidades encontradas na prestação de contas do exercício financeiro de 2009, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). Foram acionados Hermínio Pereira Gomes Filho, presidente da Câmara de Vereadores de Serrano do Maranhão, na época dos fatos; Leociane Marques Silva; Jacenilde Carneiro Abreu; Natanaele da Silva Almeida; Katmalvane Pinto Aguiar; Rodrigo Passinho Azevedo e Ailton Dias Abreu.

IRREGULARIDADES

Segundo a apuração, após análise da prestação de contas da Câmara Municipal de Serrano do Maranhão pela Unidade Técnica de Contas de Governo do TCE, nos meses de janeiro e fevereiro de 2009 o presidente da Câmara dos Vereadores, Hermínio Pereira Gomes Filho, teria feito a contratação direta dos serviços

DIVULGAÇÃO



Hermínio Pereira Gomes Filho foi acionado por suspeita de improbidade

de assessoria contábil, jurídica e locação de veículo sem os procedimentos legais necessários. Nas cartas convite 001/2009, para contratação de serviços contábeis, 002/2009, para serviços jurídicos, e 003/2009, para locação de veículo, foram identificados problemas como

falta de orçamento estimado para o valor a ser contratado; falta de pesquisa de preço; ausência de parecer técnico emitido por pessoa competente sobre o instrumento de convocação das empresas; e falta de documentos rubricados pelos licitantes.

PARTICIPAÇÃO

De acordo com a ACP, Hermínio Pereira Gomes Filho, na condição de gestor e ordenador de despesas, acabou por beneficiar Ailton Dias Abreu, Rodrigo Passinho Azevedo e Katmalvane Pinto Aguiar, infringindo a regra da realização de licitação.

A contratação direta dos serviços da assessoria contábil, assessoria jurídica e locação de veículo causou prejuízo ao município no valor de R\$ 106.200,00. Foi verificado que o contador Ailton Dias Abreu e o assessor jurídico Rodrigo Passinho Azevedo prestavam serviços nas Câmaras de Vereadores de Cururupu, Serrano do Maranhão e Bacuri, mas não frequentavam seus locais de trabalho e não cumpriam seus horários de serviços. "Assim, é cristalino que houve a prática de sobrepreço ou

superfaturamento nas contratações de serviços contábeis e locação de veículo, além de fortes indícios que os prestadores de serviços não realizavam seus serviços", afirmou o promotor de justiça Igor Adriano Trina Marques, autor da Ação.

PENALIDADES

O MPMA pediu ao Poder Judiciário, em caráter liminar, a indisponibilidade dos bens dos envolvidos. Também foi solicitada a nulidade das contratações e a condenação de todos os envolvidos por atos de improbidade administrativa, de acordo com a Lei nº 8429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa). Entre as penalidades previstas estão a reparação dos danos aos recursos públicos, aplicação de multa, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, proibição de contratar ou receber benefícios do Poder Público. Localizado a 187 km de São Luís, o município de Serrano do Maranhão é termo judiciário da comarca de Cururupu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Política					
DATA	10 / 12 / 2019	PÁG.	3		

Deputado critica parcelamento de repasse ao Hospital Aldenora Bello

Instituição foi agraciada com R\$ 4,2 milhões, que foram destinados pelos 42 deputados em acordo após suspensão de serviços na unidade de saúde, mas governo Flávio Dino dividiu valor em seis parcelas

GILBERTO LÉDA
Da Editora de Política

O deputado estadual Wellington do Curso (PSDB) criticou ontem, em discurso na Assembleia Legislativa, a decisão do Governo do Maranhão de parcelar o repasse de valores destinados ao Hospital do Câncer Aldenora Bello.

Por meio de emendas parlamentares de todos os deputados estaduais maranhenses, a instituição foi agraciada com R\$ 4,2 milhões. O governador Flávio Dino (PCdoB), no entanto, determinou o pagamento em seis parcelas. Duas, de R\$ 700 mil cada, foram pagas na semana passada.

Em seu pronunciamento, o tucano questionou o fato de que, para bancar festas no estado, o Executivo paga emendas de uma vez só, sem parcelar.

"Ele [governador Flávio Dino] fragmenta, ele divide. Para destinar para o Aldenora Bello ele divide em seis vezes, mas para a cultura, para o carnaval, para festa



Wellington do Curso: para festa e carnaval dinheiro vai completo

junina, ele destina todo dinheiro. E aí não faz nenhum tipo de restrição. Para o tratamento do câncer, para o combate ao câncer, o governador vai e divide, parcela", disse.

O pagamento das duas primeiras parcelas das emendas ao Aldenora Bello foi liberado pelo governador Flávio Dino na quinta-feira passada, 5. No total, o primeiro repasse será de R\$ 1,4 milhão.

Divulgação

Cobrança

O recurso é parte dos R\$ 4,2 milhões destinados via emendas (de R\$ 100 mil cada) de todos os deputados estaduais do Maranhão e só foi efetivamente transferido para a unidade de saúde após cobrança do deputado César Pires (PV).

Em discurso no final do mês de novembro, ele revelou que o governo ainda não havia feito o repasse.

"Houve mídia, tanto mídias fixas, visuais, como por meio de televisão. E, por conta da lembrança do meio de comunicação, liguei ao Dino [Antonio Jorge Diniz, diretor do hospital], que se encontrava fora do estado. Ele foi bem enfático comigo: 'nenhum centavo até agora foi depositado dos quatro milhões e duzentos'. O governo não respeita nada, não respeita os nossos deputados estaduais, que propuseram os R\$ 4,2 milhões, extraídos das nossas prováveis emendas. Resultado, o dinheiro não chegou ao Aldenora", disse César Pires. ●



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	10 / 12 / 2019	PÁG.	6

Mais de 150 bairros terão interrupção no abastecimento de água

Interrupção começará por volta das 9h desta terça-feira, 10; retomada do abastecimento está programada para as 15h do mesmo dia, segundo a Caema

Uma manutenção eletromecânica no Sistema Italuís deixará mais de 150 bairros em água, na Região Metropolitana de São Luís, nesta terça-feira, 10. De acordo com informações da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), a interrupção começará às 9h. O retorno está programado para a metade do turno vespertino do mesmo dia. Em junho deste ano, também houve uma parada no fornecimento d'água em vários locais da Grande Ilha.

Em nota, a Caema informou que o retorno do abastecimento será gradativo, a partir das 15h. Na Zona 1 do Sistema Italuís, os bairros atingidos são: Centro, São Pantaleão, Madre Deus, Goiabal, Codózinho, Vila Bessa, Belira, Lira, Parte da Areinha, Macadiba, Apicum, Cambua, Vila Banga, Diamante, Vila Passos, Coreia de Baixo, Covaia de Cima, Sítio do Meio, Alto da Boa Vista, Retiro Natal, Liberdade, Tomé de Sousa, Fé em Deus, Honesta e Monte Castelo.

Na Zona 2, os bairros afetados pela interrupção são: Apeatouro, Irmão Coragem, Bairro de Fátima, Bom Milagre, Parque Amazonas, Alemanha, Caratúlia, Vila Ivar Saldanha, Alto da Vitória, João Paulo, Jordão, Vila Palmeira, Barreto, Túnel do Sacavém, Santa Cruz, Vera Cruz, Cutrim, Radial, Coroadó, Parque Pindorama, Parque dos Nêgres, Redenção, Barão, Filipinho, Sítio Leal, Sacavém, Cohab-Sacavém, Santo Antônio, Vila Conceição, Bom Jesus, Vila dos Frades, Parque Timbitá, Alto do Parque Timbitá, Primavera, Sítio do Pica Pau Amarelo e Coroadinho.



Com o aviso da suspensão no fornecimento de água, muitas pessoas abasteceram suas casas em poços

INTERRUPÇÃO EM JUNHO

No dia 12 de junho deste ano, igualmente mais de 150 bairros da capital maranhense foram afetados com a interrupção no abastecimento. Naquela ocasião, a Caema informou que o desligamento do sistema foi um pedido da Companhia Energética do Maranhão (Cemar) para manutenção preventiva na linha de transmissão que alimenta a subestação de energia. A parada programada ocorreu por volta das 9h e se estendeu até o fim da tarde, perto das 17h30. A água chegou aos poucos às torneiras das comunidades.

TRANSTORNOS EM 2017

No fim de 2017, a população ludovicense sofreu após mais de 10 dias sem água. O problema ocorreu por conta da instalação da nova adutora, que entrou em funcionamento em dezembro. A demora aconteceu, segundo informou na época a Caema, porque uma peça chamada "Y" apresentou defeitos e gerou os transtornos, que afetaram 159 bairros. Em várias partes da ilha, foi possível verificar moradores até com enormes caixas d'água nas costas.

As torneiras ficaram vazias desde o momento em que a Caema fez uma intervenção no Sistema Italuís, para que a nova adutora começasse a operar. Moradores, devido ao problema, saíram às ruas carregando baldes e até caixas d'água em busca de água.

Na Zona 4, os bairros atingidos, segundo a Caema, são: Piririca, São Cristóvão, Solar das Mangueiras, Parque Universitário, João de Deus, Sítio Pirapora, Vila Itamar, Parque Jagarema, Parque Seliândia, Residencial Canaã, Alameda dos Sonhos, Vila Lobão, Parque Roseana Sarney, Santo Antônio, São Bernardo, Vila Brasil, Cohapen, Jardim São Cristóvão, Residencial João Alberto e Parque Sabia.

Na Zona 5, a interrupção vai afetar os seguintes locais: Alto do Calbau, Calbau, Cahafana, Conjunto Basa, Ilhinho, Jaracati, Jardim São Francisco, Loteamento Boa Vista, Loteamento Jaracati, La

Bavardiere, Ponta d'Areia, Ponta do Farol, Residencial Novo Tempo, Becento dos Nêgres, Remença 1 e 2, Residencial Ana Jansen, São Marcos, São Francisco, Vila Conceição 1 e 2, Avenida Litorânea, Angelim Velho, Bequimão, Cahajoly, Cohama, Condomínio Villaggio Esperança, Conjunto Angelim, Residencial Marfim, Conjunto Boa Morada, Conjunto Vinhais, Ero Villaggio, Maranhão Novo, Parte do Primavera, Turu, Planalto Cohaserma, Planalto Vinhais 1 e 2, Recanto Vinhais, Residencial Jaqueira, Residencial Vinhais 2 e 3, Rio Anil, Vila Vicente Eraldo, Villaggio do Angelim, Viverdas da Cohama, Vinhais Velho, Olho d'Água e parte do Habitacional Turu.

Por fim, na Zona 6, a Caema informou que o abastecimento acontecerá nos seguintes locais: Jambite, Porto da Vau, Sd Viana Novo, Sd Viana Velho, UFMA, Vila Bacanga, Vila Dom Luis, Vila Isabel, Vila Caracá, Vila Primavera, Vila Embatel, Vila Nova, Bonfim, Vila Verde, Fumacê, Anjo da Guarda, São Raimundo, Alto da Vitória, Gancharia, Vila São Luís, Vila Ariri, Vila Mauro Fecury 1 e 2 e Conjunto Tagatur. ●

Vigilantes entrarão em greve a partir de sexta-feira, na Uema

Na manhã desta segunda-feira, 9, os vigilantes fizeram uma manifestação na entrada do campus Paulo VI, na Uema, em São Luís, para oficializar o movimento

A partir desta sexta-feira, 13, os vigilantes que trabalham na Universidade Estadual do Maranhão (Uema) cruzarão os braços por tempo indeterminado. A entidade sindical alega que os trabalhadores estão sem receber salários há dois meses. Além disso, o pagamento da segunda parcela do 13º salário do ano passado ainda não foi efetuado. A greve será deflagrada em todos os campi do estado, de acordo com o sindicato que representa a categoria.

Os vigilantes realizaram, na manhã desta segunda-feira, 9, uma Assembleia Geral Extraordinária, na entrada da Uema, em São Luís, para expressar as insatisfações devido ao atraso no pagamento. O objetivo da manifestação foi legalizar o movimento grevista, que começará a partir de meia-noite de



Sindicato dos Vigilantes fez manifestação na entrada do campus Paulo VI, na Uema, nesta segunda-feira

NOTA DA UEMA

Em nota, a Prefeitura de Campus da Uema, em São Luís, informou que está tomando todas as providências a respeito dos fatos levantados pelos vigilantes, inclusive, mediante notificação da empresa. "Informa, ainda, que está adotando medidas administrativas para assegurar o efetivo cumprimento das obrigações por parte da contratada", enfatizou.

sexta-feira. De acordo com Daniel Pavão, vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindvig/MA), os trabalhadores ainda não receberam seus salários de outubro e novembro.

"O motivo da greve que faremos é por causa dos salários atrasados. Os trabalhadores estão sem receber há dois meses. Além disso, estão há 7 meses sem o ticket-alimentação. E não há previsão de receber o 13º salário deste ano. Ainda há a segunda parcela do 13º do ano passado, que não foi paga", esclareceu Daniel

Pavão. Segundo o sindicalista, após o protesto, foi lavrada uma ata. Em seguida, entregaram um ofício ao reitor da Uema, para comunicar-lhe sobre a paralisação.

"Agente quer que o reitor tome as providências, porque quem contratada é responsável pelo contrato. Tem que fiscalizar e cumprir as normas do trabalho. Todo contrato sigy que o contratante fiscalize, conforme Instrução Normativa nº 5, as pendências de salários atrasados e cargos sociais dos trabalhadores no seu contrato", frisou o vice-presidente. Ele disse que, quando a entidade cobrar a Uema, esta alega que o Governo do Estado não está repassando o dinheiro. Já a empresa contratada diz que a universidade não está efetuando o pagamento.

"No meio desse impasse, os trabalhadores são os que sofrem. Eles têm contas para pagar, têm famílias para sustentar. Queremos resolver isso logo", declarou Daniel Pavão. Somente no Campus em São Luís há 35 vigilantes. No interior maranhense, há mais 20 lotados nos campi. Outro reivindicação é o pagamento das férias, pois os que voltaram ao serviço não receberam, segundo o vice-presidente do Sindvig/MA. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Caderno 2					
DATA	10 / 12 / 2019	PÁG.	13		

Maranhão contabiliza três assassinatos de índios da etnia Guajajara em 2019

Em 2018, conforme relatório do Cimi, houve três conflitos. E em 2017, pelo menos 13 indígenas foram atingidos por disputa de terras

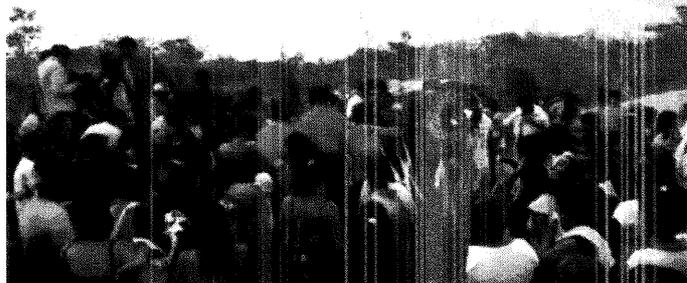
No sábado passado, um ataque na BR-226 resultou na morte de dois indígenas da etnia Guajajara e deixou dois feridos

LUCIENE VIEIRA

1934. A partir daquele ano até os dias atuais, o uso de áreas de reservas indígenas é restrito aos seus povos, conforme foi escrito no texto da constituição daquela época. Na carta atual, de 1988, está escrito que eles têm o direito de "usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes". Mas o debate sobre a exploração econômica das terras indígenas, que é uma das pautas do governo federal, tem reacendido a disputa pelo direito a essas terras. E o ataque vem de todos os lados, cujos conflitos resultam no assassinato de indígenas.

No sábado (7), dois caciques da etnia Guajajara foram mortos e outros dois ficaram feridos após sofrerem um atentado a tiros na BR-226, entre as aldeias Cana Brava e El Betel, em Jenipapo dos Vieiras. Os índios que morreram foram identificados como Firmino Prexede Guajajara, de 45 anos, da aldeia Silvino; e Raimundo Benício Guajajara, 38, da aldeia Descendência Severino, Terra Indígena Lagoa Comprida. Por questões de segurança, os nomes dos índios feridos não foram divulgados.

Ainda no sábado, o governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), informou que os indígenas feridos foram



Nessa segunda-feira (9), ocorreram os sepultamentos dos caciques mortos no ataque de sábado, entre eles Raimundo Guajajara (detalhe)



FOTOS: DIVULGAÇÃO

levados para o hospital. Em relação às divisas das reservas, no domingo (8), quando o secretário de Segurança do Maranhão, Jefferson Portela, esteve no local, ele fez a seguinte declaração: "Vamos atuar em todos os pólos, que possam ajudar na questão da superação de problemas indígenas". Dentro da terra demarcada a responsabilidade é do governo federal.

PF INSTAURA INQUÉRITO

Ao Jornal Pequeno, a Polícia Federal informou que já instaurou inquérito policial para apurar a notícia do homicídio e suas circunstâncias. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, deve decidir nesta semana se envia a Força Nacional de Segurança

Pública para a região. TRÊS MORTES DE ÍNDIOS EM 2019

Este foi o segundo atentado contra indígenas da etnia Guajajara no Maranhão, em menos de 40 dias. Com as duas mortes de sábado, se chegam a três o número de guajajara assassinado neste ano, no estado. Em 1º de novembro, Paulino Guajajara, do grupo de fiscalização "Guardiões da Floresta", foi morto na Terra Indígena Arariboia. Os corpos dos caciques Firmino e Raimundo Guajajara foram sepultados nessa segunda-feira (9), na Terra Indígena Cana Brava, em Jenipapo dos Vieiras.

RELATÓRIO 2018

O relatório 2018 do Conselho Indígena Missionário (Cimi), disponibilizado no site da

instituição (www.cimi.org.br), dá conta de apenas três ataques relativos a direitos territoriais. Um dos casos é a reintegração de posse do povo Tremembé, na Terra Indígena Tremembé do Engenho. Em agosto do ano passado, três jagunços armados entraram no território Tremembé e ameaçaram 60 famílias. As ameaças partiram de um suposto proprietário das terras, que reivindica a reintegração de posse da área de 86 hectares. Segundo o relatório, mesmo sendo constatada fraude nos títulos de propriedade, o despejo ocorreu.

Já na terra indígena Arariboia, lideranças indígenas denunciaram um loteamento dentro da terra demarcada, feito moradores do povoado de Santa Maria, que fica no entorno do território tradicional.

E, na terra indígena Awá, do povo Awá-Guajá, houve a invasão em 2018. Sobre este último caso, em janeiro deste ano, fazendeiros e posseiros estiveram reunidos, em São João do Caru, com o plano de retomarem à exploração de terras indígenas.

Os Awá-Guajá são definidos pela Funai como "de recente contato". A maioria só fala Guajá. No Maranhão, os remanescentes de Floresta Amazônica estão em três terras indígenas: Awá Guajá, Caru, onde vivem os Guajajara e onde tem mais duas aldeias de Awá, e a TI Alto Turiaçu onde vivem os Ka'apor. Os Guajajara, depois da desintegração (retirada de ocupantes ilegais), formaram dois grupos de vigilantes: os Guardiões da Floresta, e as Guerreiras da Floresta, para

fiscalização e conscientização da importância da preservação.

ÍNDIOS FERIDOS

Em maio de 2017, a aldeia Gamela, em Viana, foi atacada e teve ao menos cinco índios feridos, segundo o governo do estado. Já o Cimi falou em 13 vítimas. O Conselho também relatou que dois índios tiveram as mãos decepadas. O governo negou. O fato foi uma emboscada seguida de ataque a tiros, golpes de facão e pauladas de fazendeiros à aldeia indígena. Este não foi o primeiro ataque sofrido pelo povo Gamela. Em 2015, uma área da comunidade foi alvo de ataque a tiros, mas ninguém ficou ferido. Em 2016, homens armados e com coletes à prova de balas invadiram outra área, mas foram expulsos pelos Gamela.

Autorizado envio da Força Nacional para região onde índios foram mortos no Maranhão

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, autorizou nessa segunda-feira (9) o envio de tropas da Força Nacional para a região onde dois índios da etnia Guajajara morreram durante um atentado registrado no sábado (7), na BR-226, entre as aldeias Boa Vista e El Betel, no município de Jenipapo dos Vieiras.

A medida é válida para os próximos por 90 dias, de 10 de dezembro de 2019 a 3 de março de 2020, e pode ser prorrogada. Segundo a portaria do ministério, a ação é para garantir a integridade física e moral dos povos indígenas, dos servidores da Funai e dos não índios na região.



O guardião Paulino Guajajara foi o primeiro índio a ser morto este ano, no Maranhão; ele morreu num confronto com madeireiros, no dia 1º do mês passado



O índio Nelsi, um dos baleados, disse que um carro branco se aproximou do grupo e efetuou os disparos



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA

10 / 12 / 2019

PÁG.

12

Índio morre após colisão entre carro de passeio e motocicleta na BR-226

Acidente aconteceu na mesma região onde dois índios foram mortos, no sábado (7)

AIDÊ ROCHA
ESPECIAL PARA O JP

Uma colisão frontal entre um carro e uma motocicleta na BR-226, entre os municípios de Barro do Corda e Grajaú, na tarde de ontem (9), resultou na morte do índio Lô Atanásio Guajajara. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a moto na qual o indígena estava bateu de frente com um Agile branco, placa NMX8894. Ainda conforme a PRF, os dois veículos estariam sendo conduzidos por indígenas. Testemunhas disseram que o índio Lô Atanásio estava na garupa da motocicleta. O piloto sofreu ferimentos leves e foi levado para um hospital da região. Não foram divulgadas informações do estado de saúde do motorista do Agile, que também seria um indígena.

CLIMA TENSO

Vale lembrar que o clima na região ainda é delicado desde o último sábado (7). Na ocasião, os caciques

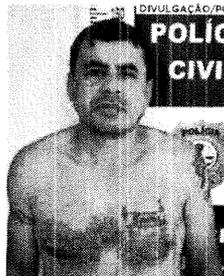


O índio Lô Atanásio Guajajara estava na garupa da motocicleta que colidiu com o carro e morreu ainda no local do acidente

Firmino Silvino Guajajara e Raimundo Bernice Guajajara morreram e outros dois índios ficaram feridos após serem atacados a tiros na BR-266. O

atentado contra eles ocorreu entre as aldeias Boa Vista e El Betel, na cidade de Jenipapo dos Vieiras. Visando a segurança dos povos indígenas, o ministro da Justiça e

Segurança Pública, Sérgio Moro, anunciou o envio de tropas da Força Nacional à localidade. O reforço na segurança ocorrerá por 90 dias, mas pode ser prorrogado.



Roberto dos Santos é suspeito pela prática de um homicídio no Mato Grosso do Sul

Foragido por homicídio no Mato Grosso do Sul é preso no Maranhão

A Polícia Civil prendeu, nessa segunda-feira (9), Roberto dos Santos Lima, na cidade de São Francisco do Brejão. Ele é foragido da justiça no estado do Mato Grosso do Sul.

De acordo com a polícia, contra ele havia um mandado de prisão preventiva por homicídio qualificado expedido em dezembro de 2010. No momento da prisão, uma pistola calibre 280 e seis munições intactas foram apreendidas com Roberto, que foi encaminhado para a Delegacia Regional de Açailândia e autuado em flagrante por porte ilegal de armas. Após os procedimentos legais, ele foi levado para a Unidade Prisional de Açailândia, onde ficará à disposição da Justiça.

(AIDÊ ROCHA, ESPECIAL PARA O JP)

Polícia Civil prende homem suspeito por roubo em Timon

Foi preso, nessa segunda-feira (9), em flagrante, Lucas Barreto Freitas, no povoado Piranhas, em Timon, pelo crime de roubo. Ele havia roubado uma motocicleta momentos antes da prisão. De acordo com a Polícia Civil, também havia um mandado de prisão preventiva em desfavor de Lucas pelo mesmo crime. Ainda conforme os policiais, o comparsa dele já tinha sido preso na última quarta-feira (4). A dupla é investigada em mais quatro Inquéritos Policiais na cidade. Todos por crimes de roubo, com utilização de arma de fogo.

Durante a captura do suspeito, os policiais encontraram a motocicleta Honda Fan, 160cc, de cor vermelha, fruto do roubo, além do aparelho celular e uma quantia em dinheiro também subtraídas. Após a prisão, Lucas foi encaminhado a Central de Flagrantes de Timon. (AR)



Lucas Barreto é apontado como autor de diversos roubos na cidade de Timon



Preso suspeito de matar homem a facadas em Santa Rita

Foi preso em flagrante, no domingo (8), Ivanildo Santos, também conhecido como "Pessegueiro", de 23 anos, suspeito de matar um homem a facadas. O crime ocorreu na cidade de Santa Rita.

A vítima, identificada como Sebastião Sanches da Silva, de 30 anos, era morador da comunidade Pedreira, naquela cidade. Ele foi atingido com quatro facadas, sendo três na região do abdômen e uma nas costas. Segundo a Polícia Militar, Ivanildo confessou o crime. Ele foi capturado escondido em um matagal. Não há informações sobre o que motivou o assassinato.

Após a prisão, o suspeito, que já possui passagens pelo crime de roubo, foi transferido para a Delegacia Regional da cidade de Rosário. (AR)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	10 / 12 / 2019	PÁG.	10

SANTA INÊS

Imperatrizense é presa acusada de tráfico



FORAM PRESOS: MARIA EDUARDA, DUCILEIDE E ANDERSON

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, por intermédio da Polícia Civil, apresentou três pessoas que foram presas suspeitas de integrar uma organização criminosa com atuação no estado, por crime de tráfico de droga. Os presos foram identificados como Maria Eduarda Carvalho da Silva, 21 anos, que é de Imperatriz, Dulcileide Nascimento Cantanhede, 35 anos, e Anderson Afencar Nunes de Castro, 25 anos.

As prisões foram executadas no município de Santa Inês, sendo que o trio é responsável por coordenar as ações de um grupo criminoso na distribuição de droga em todo o estado do Maranhão. Com os acusados, os policiais apreenderam 5 quilos de maconha prensada, do tipo skank, que foi avaliada em cerca de R\$ 100 mil. Considerado como um tipo de maconha devido ao seu tipo de produção diferenciado, o Skank, que tem o nome científico também de cannabis sativa, é uma droga cultivada em laboratório, e tem o seu princípio ativo concentrado.

Diferencia-se da maconha comum pelo fato de seu cultivo se dar de maneira mais avançada, tecnologicamente falando, pois é produzida em estufas, com cultivo hidropônico, consistindo no cultivo direto da raiz na água com nutrientes. Não é usado terra e tem seu preço bastante elevado no mercado.

A principal diferença entre o Skank e a maconha é a sua maior capacidade entorpecente. O princípio psicoativo capaz de gerar os efeitos alucinógenos da droga é o tetrahydrocannabinol (THC).

O Skank pode apresentar a concentração percentual de THC de até 18%, já na maconha normal essa concentração gira em torno de 2,5%, com o seu princípio ativo (THC) é potencializado, os efeitos também serão maiores, interferindo na saúde mental, principalmente nos neurônios.

SÃO JOÃO DO SÓTER

Homem é preso após ameaçar a esposa



FRANCISCO SOUSA AMEAÇOU A ESPOSA DE MORTE COM ARMA

MANUELA VIEIRA

Um homem, identificado como Francisco Sousa da Conceição, foi detido por ameaçar de morte, com uma arma de fogo, a esposa no último sábado (7), na cidade de São João do Sóter, a 414 km de São Luís.

A Polícia Militar foi acionada pela vítima, que relatou as ameaças de morte que vinham sendo feitas pelo companheiro, porém quando chegaram ao local, o suspeito já tinha se evadido. Na residência do casal, foram apreendidas várias armas de fogo, segundo informações policiais.

De acordo com a PM, logo depois Francisco se aproximou da residência e acabou sendo capturado pela guarda. Com ele, foi encontrado um revólver calibre 38.

Foram apreendidos dentro da residência do casal, um revólver calibre 38 carregado, com 06 cartuchos intactos e mais um cartucho avulso; uma espingarda 12, marca CBC, com 5 cartuchos intactos e 7 deflagrados; três espingardas artesanais, tipo bate bucha, carregada; 04 recipientes contendo pólvora e 02 contendo chumbo; 02 facões Tramontina com bainha; 02 duas facas tipo peixeira com bainha; 04 espoletas de cartucho calibre 12; 04 espoletas para arma artesanal além de uma bucha para carregamento de arma artesanal.

O detido e o material apreendido foram levados ao 1º DP em Caxias para autuação em flagrante. Ele irá responder por violência doméstica, ameaça de morte e porte/posse ilegal de arma de fogo.